



Circuitos Curtos Agroalimentares
para o Direito Humano à Alimentação Adequada

Relatório das Ações de Advocacia com os Municípios Parceiros

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:



Financiador:



Advocacia presencial

Município | São Pedro do Sul

Para devolver e validar os resultados da primeira sessão da Roda de Diálogos e aprofundar o conhecimento sobre o Sistema Alimentar do município, assim como priorizar medidas e ações a serem concretizadas foi realizada uma segunda Roda de Diálogos – Promoção de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Circuitos Curtos em São Pedro do Sul.

Esta sessão decorreu no dia 8 de fevereiro de 2020, das 14h30 até às 17h30, na Estação de Artes e Sabores, contou com 34 presenças entre as quais, representantes de associações e cooperativas locais, produtores, agricultores, apicultores, unidades de transformação, unidades hoteleiras, IPSS, Unidade de Saúde local, Escolas, Instituto Politécnico de Viseu, Município de São Pedro do Sul.

A sessão prosseguiu com a reflexão e discussão, em grupos, sobre as potencialidades e problemas do território de São Pedro do Sul.



Fig.1 - Discussão em grupos visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos em São Pedro do Sul.



Fig.2 - Sessão de advocacia - consensualização de medidas/políticas públicas com a participação do executivo da Câmara Municipal de São Pedro do Sul.

No seguimento da apresentação e discussão dos resultados obtidos, em plenária, foram identificadas e priorizadas pelos participantes as propostas de medidas e políticas públicas a criar/implementar no município (Tabela 1), onde se contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul.

As várias propostas implicam a mobilização de recursos (humanos, capacidades, financeiros, materiais, etc.) e uma ação abrangente em diversas áreas setoriais, constituindo um primeiro esboço para o desenho de uma política integrada para o sistema alimentar territorial onde se insere o Município.

Em resultado, foi consensualizada como primeira medida a implementar (no curto prazo e dependendo apenas dos atores locais) a criação de um Conselho Local de Alimentação, enquanto espaço permanente de governança do sistema alimentar local, com a participação de diferentes atores e setores representativos.

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:



Financiador:

PROGAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe na nossa vida

Tabela 1: Priorização de Medidas/ Políticas Públicas a criar/implementar no Município de São Pedro do Sul.

Capacidade de Ação	Quanto tempo precisamos para implementar?			
	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
De quem precisamos para conseguir implementar?	Nós (local)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conselho Local de Alimentação e respetiva estratégia: espaço permanente de articulação dos atores locais em torno de um plano de ação de longo prazo para o território ✓ Produtores, comerciantes e operadores hoteleiros locais colaboram entre si para agregar clientes uns para os outros ✓ Serviço de apoio aos produtores (logística, comercialização) 		
	Nós e Outros		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistema participativo, garantia de qualidade, selo do município; ✓ Construir o mercado municipal; ✓ 'Patrimonializar' o sistema agrícola local – marca do território. 	
	Outros			

Com base nos elementos recolhidos ao longo deste processo e dos contributos das sinergias estabelecidas, salienta-se como principais resultados e recomendações:

- i) O fortalecimento da Bio-Região deve estar ligado à sua sustentabilidade a longo prazo e a uma compreensão agroecológica do território em particular função da altitude e relação entre as zonas florestais de altitude e a fertilidade das zonas baixas. Isto terá implicações no processo de transição para uma agricultura mais sustentável;
- ii) Fomentar a cultura alimentar local, incentivando a utilização da diversidade alimentar tradicional e otimizando os recursos alimentares disponíveis, visando o melhoramento dos mercados que promovam o aumento das vendas, a estabilidade, a redução dos riscos e aumento da diversidade alimentar = dietas mais saudáveis;
- iii) Desenvolvimento de uma marca territorial envolvendo os setores: agroalimentar, turismo e saúde, que compreenda o conjunto de opções já disponíveis na região e que desenvolva uma identidade comum, alinhando os interesses dos diversos atores da região.

Como medida prioritária a implementar, para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada foi recomendada a implementação de um Conselho Municipal de Alimentação em moldes a determinar e assistência técnica especializada para facilitar o processo.

No quadro do projeto *AlimentaÇÃO!*, deu-se seguimento esta proposta que foi considerada, 18 em dezembro de 2020, pela Assembleia Municipal de São Pedro do Sul da qual resultou por unanimidade um parecer favorável e foi constituído um grupo de trabalho com três elementos para dar continuidade ao processo: Eng^o António Ribeiro (PSD) e Eng^o Vitor Barros/Sr. Carlos Laranjeira (PS), procurando concretizar a vontade expressa pelos atores locais que participaram nas Rodas de Diálogos e na reunião de Advocacia. No dia 28 de abril de 2021, decorreu uma reunião com este grupo de trabalho onde foi debatido a estrutura de um plano de trabalho visando a implementação de uma estratégia alimentar no município de São Pedro do Sul.

São Pedro do Sul poderá assim em 2021 ser o primeiro Município da região de Lafões a ter uma política para promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis – tema chave no quadro da próxima PAC e Estratégia do Prado ao Prato da Comissão Europeia.

Parceria:



Parceiros de Apoio:



Advocacia on-line

Considerando os constrangimentos impostos no âmbito do período de confinamento decorrente da pandemia Covid-19 bem como os consequentes impactos que teve nos territórios locais, e em função das aprendizagens alcançadas com as Rodas de Diálogos, foram realizadas sessões on-line com os municípios de Fundão, Vinhais e Torres Vedras que tiveram dois objetivos: a restituição e atualização dos resultados face aos impactos da pandemia sobre a manutenção/ desenvolvimento de CCA nos respetivos Municípios assim como a consensualização de prioridades locais entre os atores dos territórios presentes em cada sessão que sirvam para subsidiar um plano de trabalho/ medidas a propor para discussão em Assembleia Municipal de cada Município respetivo. Desta forma pretendeu-se dar resposta aos resultados visados no projeto de tal forma que beneficie e apoie as necessidades reais de desenvolvimento em cada território.

Município | Fundão

A sessão com o município do Fundão decorreu, via plataforma Zoom, no dia 25 de fevereiro de 2021, entre as 10h30 e as 13h30, contou com 17 presenças entre as quais, representantes de produtores locais, associações e cooperativas locais, IPSS, Agrupamentos de Escolas, bem como do Município do Fundão. Iniciou-se a sessão com a intervenção da Sra. Vereadora, Dra. Alcina Cerdeira e do Sr. Vereador, Dr. Pedro Neto, seguidamente dos parceiros institucionais que fizeram um enquadramento e explicação da atividade.



Fig. 3: Discussão on-line visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos no Fundão.



Fig. 4: Sessão de advocacia - consensualização de medidas/ políticas públicas com a participação do executivo da Câmara Municipal do Fundão.

Após a apresentação dos resultados obtidos da primeira sessão, esta prosseguiu com a reflexão e discussão, em grupos, visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos no Fundão.

Em plenária, fez-se a apresentação os resultados obtidos dos grupos e foram identificadas pelos participantes propostas de medidas e políticas públicas a criar/ implementar no município, onde se contou com a presença do executivo da Câmara Municipal do Fundão. As diversas propostas implicam a mobilização de recursos (humanos, capacidades, financeiros, materiais, etc.) e uma ação abrangente em diversas áreas setoriais, constituindo um primeiro esboço para o desenho de uma política integrada para o sistema alimentar territorial onde se insere o Município.

Neste seguimento, foram discutidas e agrupadas as propostas em função da capacidade local real de ação face aos recursos concretos de que o território dispõe/ tem acesso no momento atual e em função do plano temporal necessário (Tabela 2).

Parceria:

animar aCtuar

COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

INSTITUTO
DE URBANISMO



Parceiros de Apoio:



Financiador:



Tabela 2: Priorização de Medidas/ Políticas Públicas a criar/implementar no Município do Fundão.

Capacidade de Ação	Quanto tempo precisamos para implementar?			
	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
De quem precisamos para conseguir implementar?	Nós (local)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conselho Municipal Alimentar local, adaptado ao território - Proposta de implementação do Plano Municipal de Alimentação Saudável do Fundão. ✓ Replicar o projeto piloto da escola de Silvares “Prato Saudável” para outras escolas do concelho e junto das IPSS locais (CMF). ✓ Disseminar aprendizagens e resultados do projeto educativo de alimentação saudável e desperdício junto das famílias para aprofundar 		
	Nós e Outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Guia para a contratação pública de produtos locais: criar um caderno de encargos com maior diversidade de critérios para apoiar a contratação mais local e explorar mais possibilidades de ajuste direto. ✓ Sensibilização do comércio local para a integração e valorização de produtos locais. ✓ Implementação do Smart Farmer. ✓ Construção de medidas de apoio à produção: Realização de mapeamento de produtores; estudo sobre procura e oferta/ produção local e refeitórios coletivos locais visando a organização económica dos produtores (CMF, BioEco e SmartFarmer). ✓ Certificação do Circuito Curto e promoção de modelos de consumo de proximidade. 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Centro para as migrações - trabalho nos campos e restauração.
	Outros (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Continuação dos festivais de promoção de produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rede de Municípios - Direito Humano à Alimentação. 	

Com base nos elementos recolhidos ao longo deste processo salienta-se como principais resultados e recomendações:

- i) Disseminar as aprendizagens e os resultados dos projetos educativos de alimentação saudável e desperdício bem como a sua replicação para outras escolas do concelho e junto das IPSS locais.
- ii) Criar e implementar políticas públicas apoio à produção, nomeadamente com a continuação do mapeamento de produtores, elaboração de estudo sobre procura e oferta da produção local e refeitórios coletivos locais visando a organização económica dos produtores e certificação do Circuito Curto.
- iii) Incentivar a criação de uma Rede de Municípios com foco no Direito Humano à Alimentação Adequada visando a partilha de iniciativas e de boas práticas, por exemplo, na elaboração de caderno de encargos de contratação pública com maior diversidade de critérios para apoiar a contratação mais local e explorar mais possibilidades de ajuste direto.

Parceria:



Parceiros de Apoio:



Financiador:



- iv) Fomentar a cultura alimentar local, incentivando a utilização da diversidade alimentar tradicional e otimizando os recursos alimentares disponíveis, visando a sensibilização do comércio local assim como o melhoramento dos mercados, reformulando as suas dinâmicas, que promovam o aumento das vendas, a estabilidade, a redução dos riscos e aumento da diversidade alimentar = dietas mais saudáveis.

Como medida prioritária a implementar para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada foi recomendada a criação de um Conselho Municipal Alimentar, adaptado ao território, alicerçado na proposta de implementação do Plano Municipal de Alimentação Saudável do Fundão, em moldes a determinar e assistência técnica especializada para facilitar o processo, visando a criação de espaços de diálogo e articulação para a definição e implementação de uma Estratégia Local de Direito à Alimentação Adequada.

Neste sentido, o Fundão poderá ser, em 2021, o primeiro Município da região da Cova da Beira a ter uma política para promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis – tema chave no quadro da próxima PAC e Estratégia do Prado ao Prato da Comissão Europeia.

Município | Vinhais

A sessão com o Município de Vinhais decorreu, via plataforma zoom, no dia 11 de março de 2021, entre as 10h00 e as 11h30, contou com 14 presenças entre as quais, representantes produtores, associações, IPSS e do Município de Vinhais. Iniciou-se a sessão com a intervenção do Sr. Vereador, Dr. Artur Marques seguidamente dos parceiros institucionais que fizeram um enquadramento e explicação da atividade. Entretanto foram apresentados os resultados obtidos da primeira sessão.

A sessão prosseguiu com a reflexão e discussão, em grupos, visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos em Vinhais.



Fig. 5: Discussão on-line visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos em Vinhais.

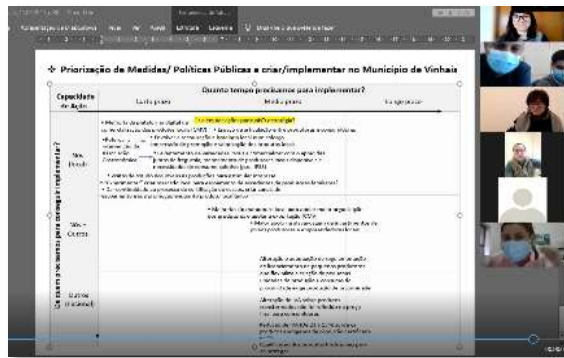


Fig. 6: Sessão de advocacia - consensualização de medidas/ políticas públicas com a participação do executivo da Câmara Municipal de Vinhais.

Em plenário, apresentaram-se os resultados obtidos dos grupos e foram identificadas pelos participantes propostas de medidas e políticas públicas a criar/ implementar no município, onde se contou com a presença do Sr. Vereador, Dr. Artur Marques e do Sr. Presidente da Proruris, Eng. Daniel Silva. As várias propostas implicam a mobilização de recursos (humanos, capacidades, financeiros, materiais, etc.) e uma ação abrangente em diversas áreas setoriais, constituindo um primeiro esboço para o desenho de uma política integrada para o sistema alimentar territorial onde se insere o Município.

No seguimento, foram discutidas e agrupadas as propostas prioritárias em função da capacidade local real de ação face aos recursos concretos de que o território dispõe/ tem acesso no momento atual e em função do plano temporal necessário (Tabela 3).

Tabela 3: Priorização de Medidas/ Políticas Públicas a criar/implementar no Município de Vinhais.

Capacidade de Ação	Quanto tempo precisamos para implementar?		
	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
De quem precisamos para conseguir implementar?	Nós (local)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “Ir além das ações pontuais”: estratégia? ✓ Existir um espaço de articulação entre produtores e consumidores; ✓ Melhoria da plataforma digital de comercialização dos produtos locais (CMV); ✓ Reforçar a intervenção da Associação Gastronómica: <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Envolvendo a restauração e hotelaria local num esforço concertado de promoção e valorização dos produtos locais; ⇒ Levantamento de variedades locais a comercializar com o apoio das juntas de freguesia; mapeamento de produtores locais disponíveis e necessidades de consumo coletivo (p.ex., IPSS). ✓ Visitas de estudo dos jovens às produções para estimular interesse; ✓ Criar mercado local “experimental” para escoamento de excedentes de produtores familiares; ✓ Dar continuidade ao processo de certificação do Cuscus, criar canais de escoamento e sua promoção enquanto produto local único; 	
	Nós e Outros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorias do matadouro local para apoiar maior organização dos produtores e apoiar a exportação (CMV); ✓ Maior apoio na alavancagem de investimentos de jovens produtores e empreendedores locais; 	
	Outros (nacional)		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alteração e adequação de regulamentação de licenciamento de pequenos produtores que flexibilize a criação de pequenas unidades de produção - um consumo de proximidade exige uma produção de proximidade; ✓ Alteração de IVA sobre produtos transformados deverá ser refletido no preço final para consumidores; ✓ Redução de IVA (de 23 para 13%) sobre os produtos endógenos de produção certificada e IGP; ✓ Qualificação dos produtos tradicionais para os proteger;

Com base nos elementos recolhidos ao longo deste processo salienta-se como principais resultados e recomendações:

- i) Fomentar a cultura alimentar local, incentivando a utilização da diversidade alimentar tradicional e otimizando os recursos alimentares disponíveis, visando reforçar a intervenção da Associação Gastronómica nomeadamente no envolvimento da restauração e hotelaria local num esforço concertado de promoção e valorização dos produtos locais, no mapeamento de produtores locais disponíveis e necessidades de consumo coletivo (p.ex., IPSS), no levantamento de variedades locais a comercializar com o apoio das juntas de freguesia e na continuidade do processo de certificação do Cuscus.

Parceria:



Parceiros de Apoio:



Financiador:



- ii) Incentivar a criação de um mercado local para escoamento de excedentes de produtores familiares que promovam o aumento das vendas, a estabilidade, a redução dos riscos e aumento da diversidade alimentar = dietas mais saudáveis.
- iii) Criar e implementar políticas públicas de apoio na alavancagem de investimentos de jovens produtores e empreendedores locais, nomeadamente na alteração e adequação de regulamentação de licenciamento de pequenos produtores que flexibilize a criação de pequenas unidades de produção e na organização dos produtores e nos melhoramentos das condições do matadouro local visando a otimização da exportação.
- iv) Criar e implementar medidas que visem a redução de IVA (de 23 para 13%) sobre os produtos endógenos de produção certificada e de Indicação Geográfica Protegida e que estas medidas repercutam a alteração de IVA sobre produtos transformados no preço final para os consumidores.

Como medida prioritária a implementar, para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada é sugerido a criação de um Conselho Municipal Alimentar, adaptado ao território, alicerçado na proposta de criação de uma estratégia que fosse para além de ações pontuais e de um espaço de articulação entre produtores e consumidores, em moldes a determinar e assistência técnica especializada para facilitar o processo, visando a criação de espaços de diálogo e articulação entre atores multisetorializados para a definição e implementação, a longo, prazo de uma Estratégia Local, no sentido do caminho progressivo da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Município | Torres Vedras

A sessão com o Município de Torres-Vedras decorreu, via plataforma zoom, no dia 15 de dezembro de 2020, entre as 10h30 e as 13h30, contou com 12 presenças entre as quais, representantes produtores e empresas de comercialização de hortofrutícolas, venda a retalho, associações, IPSS e do Município de Torres Vedras. A sessão teve início com a intervenção da Sra. Vereadora, Dra. Laura Rodrigues, os parceiros institucionais fizeram um enquadramento e explicação da atividade e na sequência foram apresentados os resultados obtidos da primeira sessão.

A sessão prosseguiu com a reflexão e discussão, em grupos, visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos em Torres Vedras.



Fig. 7: Discussão on-line visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos em Torres Vedras.



Fig. 8: Sessão de advocacia - consensualização de medidas/políticas públicas com a participação do executivo da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Em plenária, apresentou-se os resultados obtidos e foram identificadas pelos participantes propostas de medidas e políticas públicas a criar/implementar no município, onde se contou com a presença da Sra. Vereadora, Dra. Laura Rodrigues. As várias propostas implicam a mobilização de recursos

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:



Financiador:



(humanos, capacidades, financeiros, materiais, etc.) e uma ação abrangente em diversas áreas setoriais, constituindo um primeiro esboço para o desenho de uma política integrada para o sistema alimentar territorial onde se insere o Município. Na sequência foram discutidas e agrupadas as propostas prioritárias em função da capacidade local real de ação face aos recursos concretos de que o território dispõe/ tem acesso no momento atual e em função do plano temporal necessário (Tabela 4).

Tabela 4: Priorização de Medidas/ Políticas Públicas a criar/implementar no Município de Torres Vedras.

Capacidade de Ação	Quanto tempo precisamos para implementar?			
	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
De quem precisamos para conseguir implementar?	Nós (local)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferta formativa de apoio à produção local e formação de novos agricultores/as e produtores/locais, com conhecimentos de práticas mais agroecológicas; ✓ Criação de espaços de diálogo e articulação para a definição e implementação de uma Estratégia Local de Direito a uma Alimentação Adequada; ✓ Criação de Conselho Municipal para a Alimentação; ✓ Necessidade de reformular dinâmicas do mercado para atrair mais consumidores (ex. agregando a oferta de serviços e outras procuras dos consumidores). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivo à criação de nichos de produtos de qualidade (ex. loja de produtos biológicos). 	
	Nós e Outros		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforço dos pontos de venda direta de produtos biológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Centralização dos produtos num local/ associação de produtores que conseguissem colmatar as falhas.
	Outros (nacional)			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Políticas públicas que promovam métodos de produção mais sustentáveis.

Com base nos elementos recolhidos ao longo deste processo salienta-se como principais resultados e recomendações:

- i) Criar e implementar políticas públicas que promovam métodos de produção mais sustentáveis e centralizar os produtos num local/ associação de produtores visando colmatar falhas de stock, numa perspetiva a longo prazo;
- ii) Incentivar a criação de nichos de produtos de qualidade, reforçando os pontos de venda direta de produtos biológicos, num parecer a médio prazo;
- iii) Estimular a oferta formativa de apoio à produção local e formação de novos agricultores/as e produtores/as locais com conhecimentos de práticas mais agroecológicas;
- iv) Fomentar a cultura alimentar local, incentivando a utilização da diversidade alimentar tradicional e otimizando os recursos alimentares disponíveis, visando o melhoramento dos mercados, reformulando as suas dinâmicas, que promovam o aumento das vendas, a estabilidade, a redução dos riscos e aumento da diversidade alimentar = dietas mais saudáveis;

Como medida prioritária a implementar, para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada foi recomendada a implementação de um Conselho Municipal para a Alimentação em moldes a determinar e assistência técnica especializada para facilitar o processo, visando a criação de

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



SÃO PEDRO DO SUL

Município de VINHAIS

Parceiros de Apoio:



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



IDIANNA A-NOVA



Torres Vedras
Câmara Municipal

Financiador:

PDR
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe no seu futuro

espaços de diálogo e articulação para a definição e implementação de uma estratégia local de Direito à Alimentação Adequada.

Torres Vedras poderá assim em 2021 ser o primeiro Município da região Oeste do Centro de Portugal a ter uma política para promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis – tema chave no quadro da próxima PAC e Estratégia do Prado ao Prato da Comissão Europeia.

Desvios das ações de Advocacia

Importa salientar que, face aos constrangimentos impostos no âmbito do período de confinamento decorrente da pandemia Covid-19 e sequentes novas imposições decorrentes da segunda e terceira vaga de pandemia, não foi possível a realização das ações presenciais, conforme previsto inicialmente na operação.

No município de Vinhais não foi possível concretizar esta ação ainda em 2020 por indisponibilidade dos atores locais, nomeadamente, o envolvimento dos produtores que estavam em plena época de colheita e comercialização da castanha. No início do ano 2021 com a preparação e realização da feira do fumeiro implicou o atraso na ação de Advocacia, sendo esta efetuada apenas em março.

No município do Fundão o atraso na concretização desta ação deveu-se à alteração da equipa que estava a acompanhar o projeto.

Devido a imposições internas em alguns dos municípios, por força da alteração das equipas que estavam a acompanhar o projeto, nomeadamente nos municípios de Idanha-a-Nova e de Távira, verificaram-se desvios nesta atividade face ao previsto em candidatura, não sendo possível a realização das ações de Advocacia com estes municípios envolvendo os atores locais dos respetivos territórios.

Seminário on-line

A parceria do projeto *AlimentAÇÃO!*, incluindo os seis municípios parceiros, coorganizou o seminário virtual "**A construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis - diálogo com os pés no chão no âmbito das prioridades para a Presidência Portuguesa**", recorrido em 16 de março de 2021, com o objetivo de discutir a importância de novas políticas alimentares territoriais inclusivas e sua governança para a transformação do sistema alimentar e recomendações para sua integração na estratégia europeia "*Do prado ao prato*", visto que esta discussão visa igualmente a abordagem de possibilidades a nível local.

Contexto do seminário

Estima-se que cerca de 48 milhões de europeus estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, sem conseguirem satisfazer as suas necessidades alimentares básicas. Estima-se, também que mais da metade da população adulta esteja com excesso de peso, contribuindo para uma elevada prevalência de doenças associadas a fatores de risco ligados à alimentação inadequada, o que implica custos de saúde [dados pré covid19].

Em Portugal, mais de [2 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza ou exclusão social](#), o que coincide com cerca de 20% da população a sofrer, em diferentes intensidades e duração, de

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:

Financiador:

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe na sua zona rural

insegurança alimentar [dados pré covid19]. De acordo com a Direção Geral de Saúde (2015), “em períodos como o que vivemos atualmente, de crescentes desigualdades na distribuição de rendimento e elevadas taxas de pobreza, será de esperar um impacto significativo no consumo alimentar e no estado de saúde da população, comprometendo o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos e criando um “problema sério no âmbito da saúde pública”. A atual pandemia está já a agravar esta situação de forma duradoura, aumentando a prevalência de [insegurança alimentar](#) moderada e severa.

Esta situação tem um impacto significativo nas economias territoriais pela diminuição da produtividade, o aumento do absentismo laboral, encargos com a saúde, entre outros. Em muitos territórios, este custo pode representar cerca 5% do valor da produção interna gerada, segundo estimativas da FAO, condicionando fortemente o desenvolvimento e a competitividade territorial, num contexto de crescente descentralização política, económica e administrativa, e que coloca os serviços públicos locais sob novas pressões.

Contudo, diversos municípios encontram-se a desenvolver iniciativas setoriais visando uma maior sustentabilidade nos seus sistemas alimentares. É, aliás, neste nível que se verifica maior dinamismo e inovação, estando reunidas algumas condições para passar de ações setoriais para políticas alimentares locais mais sistémicas, multi-setoriais e inclusivas, ou seja, com uma abordagem territorial adequada aos desafios existentes, tal como recomendado pelo Painel de Alto Nível do Comité Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas.

Estas políticas e os seus planos de ação podem estar na base de novos investimentos locais coerentes para a transformação do sistema alimentar para os quais o poder local precisa de apoio. Embora a União Europeia tenha lançado recentemente a Estratégia da “[Do Prado ao Prato](#)”, com o objetivo de tornar os sistemas alimentares mais justos, saudáveis e ecologicamente equilibrados, estão ainda em curso discussões sobre as modalidades para a sua implementação, não sendo clara a prioridade para as políticas públicas alimentares locais e a sua governança.

Ao mesmo tempo, não se vislumbra a necessária integração entre os objetivos da coesão social e ambientais para a agricultura, a qual pode ser executada com maior eficácia e eficiência a nível local. Situação relevante, quando se verifica que a assistência alimentar tem demonstrado ser essencial para garantir que parte da população em muitos Estados-Membros da Comunidade tenha acesso diário a alimentos. Porém, não está garantida uma articulação entre tais medidas e os recursos dos territórios locais em que são implementadas.

Importa assim, articular o cumprimento do direito humano à alimentação adequada na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Estas questões devem merecer maior atenção de Portugal e da Presidência Portuguesa, enquanto condição importante para permitir aos municípios terem uma liderança territorial da transformação do atual sistema alimentar.

Assim, o seminário tem como objetivos:

- Juntar autarcas, sociedade civil, setor privado, representantes da União Europeia e do Governo de Portugal, procurando criar consensos sobre este tema e construir condições para a realização do direito humano à alimentação adequada em Portugal e na Europa;
- Discutir a importância de novas políticas alimentares territoriais inclusivas e sua governança multinível, para a transformação do sistema alimentar e gerar recomendações para a sua integração na estratégia europeia “Do Prado ao Prato”.

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:



Financiador:

PDR
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe na sua vida

Programa

TEMPO	INTERVENIENTE	CONTEÚDO
<i>Abertura</i>		
09:30	Sara Rocha - ACTUAR	Boas-vindas e notas iniciais
09:35	Alexandra Nikolakopoulou – Chefe da Unidade - Farm to Fork Strategy, DG SANTE	Operacionalizar a estratégia “Do Prado ao Prato” no quadro do Pacto Verde a nível nacional e local
09:45	Rui Martinho - Secretário Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura de Portugal	O percurso de Portugal na construção do quadro institucional e de mecanismos de governança para a construção de sistemas alimentares sustentáveis
<i>Diálogos à mesa</i>		
09:55	Isabel Carvalhais - Membro da Aliança de Parlamentares Europeus Contra a Fome e a Malnutrição	Visão dos eurodeputados sobre a integração entre os objetivos de coesão social e os objetivos ambientais e de agricultura
10:05	ACTUAR e EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza	Resultados do trabalho participativo nos municípios piloto e necessidade de integrar preocupação com grupos sociais vulneráveis
10:20	Armindo Jacinto – Presidente do Município de Idanha-a-Nova	Limitações e obstáculos que os municípios enfrentam para desenvolver políticas alimentares locais
10:30	Grupos de discussão Facilitação: FIAN Portugal e ACTUAR	Poder local e sociedade civil (OSC)
11:10	Apresentação das conclusões	ACTUAR (OSC) e Município de São Pedro do Sul (poder local)
11:20	Discussão em plenária	
<i>Encerramento</i>		
12:00	Bruno Dimas - Subdiretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura	Palavras finais
12:10	Vítor Andrade - ANIMAR	Palavras finais
12:15	Joana Dias - ACTUAR	Palavras finais

Antecedentes e enquadramento do Seminário

Esta é uma iniciativa promovida pela [ACTUAR](#), procurando mobilizar sinergias entre diferentes parcerias. O seminário é realizado no âmbito do projeto “[Alimentação é Direito!](#)” [âmbito nacional]¹ e do projeto “[Por uma alimentação saudável, justa e sustentável na Europa e no Mundo](#)” [âmbito europeu]², em colaboração com o projeto “[ALIMENTAÇÃO! - Circuitos Curtos Agroalimentares para o](#)

¹ Desenvolvido no quadro do Programa Cidadãos Ativ@si!, suportado pela componente *Active Citizens Fund* dos *EEA Grants* e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, em parceria com a FIAN Portugal, a FIAN Noruega e a participação da REALIMENTAR.

² Desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Subgranting do “Projecto Presidência - Por uma Europa aberta, justa e sustentável no mundo”, em parceria com a EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza e a FIAN Portugal, financiado pela União Europeia e implementado em Portugal pela Plataforma Portuguesa das ONGD.

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

INSTITUTO
DE URBANISMO



Parceiros de Apoio:



Financiador:



"Direito Humano a uma Alimentação Adequada" [âmbito territorial]³. O seminário é também inspirado nos resultados do evento *Territorial food systems and healthy diets: pathways for cooperation*.

O Seminário poderá ser acompanhado através dos links:

- * Seminário: <https://www.youtube.com/watch?v=YzVX8w3XLrE>
- * Grupo de discussão 1: https://www.youtube.com/watch?v=JEs_gMIHT60
- * Grupo de discussão 2: <https://www.youtube.com/watch?v=CfQVL8tMc9c>
- * Grupo de discussão 3: <https://www.youtube.com/watch?v=5eYq4c6s20A>

Descrição de Execução

Inscreveram-se 318 pessoas na iniciativa. No evento participaram 205 pessoas, que decorreu via Zoom, dentro da modalidade de “reunião”.

A ferramenta do Zoom apenas permite baixar o registro dos participantes dentro da modalidade de “webinar”, levando que os resumos dos resultados abaixo reflitam as informações recolhidas através de um formulário de inscrições.

Alimentação é Direito!

A construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e inclusivos

- Diálogo *com os pés no chão* no âmbito das prioridades para Portugal e para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

16 de março | 9h30

Inscrição gratuita (obrigatória) através do link: <https://forms.gle/1DAMXXvNj0Edmuu7>

DESEMPENHADORES DO PROGRAMA: FUNDAÇÃO CIDADISTE GULBENKIAN, FUNDAÇÃO BISSATA BARRETO, aCtuar, FAO, ALIMENTAR

PROMOTORES E CO-PROJETOS: ANIMAR, COLÉGIO F3, MUNICÍPIO DE VINHAIS, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

COM A PARCIPACIÇÃO DE: MUNICÍPIO DE TAVIRA, MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Nº de total de Inscritos		317
Oradores		6
Idade:	Até 30 anos	79
	De 31 a 55	184
	A partir dos 55	53
Organização/ Projeto:	Governo/Instituições Públicas	30
	Municípios	41
	Academia	86
	Sociedade Civil	57
	Setor Privado	23
	Agricultores	3
	Media	0
	Outros	77
Portugal/ Localização:	Norte	40
	Centro	56
	Lisboa	116
	Alentejo	51
	Algarve	45
	Madeira	4
	Açores	2
Não Refere	3	

³ Financiado pelo PDR2020, liderado pela ANIMAR, em parceria com o Colégio F3 de Universidade de Lisboa, os Municípios de Vinhais, Fundão e São Pedro do Sul e tendo como parceiros de apoio os municípios de Tavira, Torres Vedras e Idanha-a-Nova, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a FAO.

O evento recebeu inscrições também de; Angola (1); Brasil (9); Bélgica (3); Cabo Verde (1); Espanha (1); Guiné-Bissau (2); Moçambique (1); e São Tomé e Príncipe (5).

Avaliação dos participantes

Responderam ao questionário de avaliação 21 participantes. A ponderação dos participantes sobre a iniciativa é extremamente positiva, destacando a pertinência dos temas discutidos, mas que seria necessário mais tempo de discussão nos grupos.

Conclusões

O impacto das restrições económicas e sociais resultantes da pandemia SARS-Cov2 tem resultado na perda do direito dos portugueses à alimentação. Este foi um dos alertas lançados pelo o Seminário "A construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e inclusivo". Torna-se, assim, urgente promover a articulação de todos os setores de atividade para que todas as pessoas tenham garantido o direito humano à alimentação saudável e adequada.

O poder local assume neste quadro um papel determinante, uma vez que é ao nível local, mais próximo das pessoas, que a transição do sistema alimentar pode acontecer com transformações diárias para construir sistemas alimentares sustentáveis e justos. Este papel importante dos municípios deve ser reconhecido pela estratégia europeia do "Campo ao Prato", apoiando ações que sejam voltadas para os grupos mais vulneráveis, o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais e o incentivo aos circuitos curtos agroalimentares no âmbito de Portugal e da Europa.

Num momento em que ainda decorrem as discussões sobre a forma de implementação da estratégia europeia, as conclusões do seminário lançam o repto de Portugal recomendar à Presidência da EU que a Estratégia do "Campo ao Prato" apoie os municípios a construir estratégias alimentares e planos de ação no âmbito do próximo quadro de programação dos fundos europeus.

O seminário contou com a participação de Alexandra Nikolakopoulou, Chefe da Unidade da Comissão Europeia Farm to Fork Strategy - DG SANTE, de Rui Martinho, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, de Isabel Carvalhais, Eurodeputada e membro da Aliança de Parlamentares Europeus Contra a Fome e a Malnutrição, de Ana Vizinho, representante da rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN Portugal), de Armindo Jacinto, Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova e moderação de Sara Rocha e Joana Dias, da ACTUAR. Estiveram presentes também outros representantes do Poder Local, de organizações da sociedade civil e demais agentes.

Isabel Carvalhais, da Aliança de Parlamentares Europeus Contra a Fome e a Malnutrição, lembrou que o primeiro passo é reconhecer que existe um paradoxo na União Europeia onde cerca de 20% dos alimentos produzidos são desperdiçados enquanto 100 milhões de europeus vivem na linha da pobreza.

Ana Vizinho, da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), ressaltou que as pessoas que sentem na pele a realidade da pobreza precisam ser escutadas e consideradas como parte da solução: O "nosso trabalho tem sido trazer para o centro da discussão os grupos vulneráveis e fazer com que estas pessoas tenham voz e participem também da construção das políticas públicas".

A Chefe da Unidade da Comissão Europeia Farm to Fork Strategy, DG SANTE, Alexandra Nikolakopoulou, ressaltou a importância da estratégia do programa do "Campo ao Prato" e fez um apelo para a ação coletiva.

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Parceiros de Apoio:



Financiador:



O Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Rui Martinho relevou a importância das famílias agricultoras para o desenvolvimento do território e a promoção da agricultura biológica.

Armindo Jacinto, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, apresentou iniciativas integradas do município para a promoção do território, como polo de atração de população e de projetos inovadores. “Precisamos valorizar os nossos circuitos curtos de alimentos, incentivar alimentos biológicos nas escolas e valorizar a qualidade de vida do território rural”, destacou o autarca.

Isabel Palma do Gabinete de Planeamento e Projetos do Ministério da Agricultura encerrou referindo que precisamos de “iniciativas e ações mais usadas na transformação da produção e no consumo alimentar” já que a concretização do direito à alimentação adequada e do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU - ODS2 - continuam porque realizar.

Nota: Estas reformulações são um esforço de adaptação às circunstâncias ocorridas e não colocaram em causa os indicadores previstos.

Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E DO DESENVOLVIMENTO
RURAL



Parceiros de Apoio:



Financiador:

